



ATA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Auditório Teatro Jordão, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

ASSEMBLEIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2023. -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2023. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023. -----

RELATÓRIO E CONTAS -----

4 – RELATÓRIO E CONTAS 2022. -----

5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES – APRECIÇÃO. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

6 – 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. -----

CÂMARA -----

7 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

REGULAMENTOS -----

- 8 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DOS QUIOSQUES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES. -----**
- 9 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CONCELHO DE GUIMARÃES. -----**
- PATRIMÓNIO -----**
- 10 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA DE SEGADE, FREGUESIA DE S. TORCATO. -----**
- 11 - ARRENDAMENTO DO IMÓVEL “ANTIGO COLÉGIO EGAS MONIZ” – INSTALAÇÃO DA EB 2,3 S. TORCATO. -----**
- 12 - COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO. OBRAS PÚBLICAS -----**
- 13 - EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DO AVEPARK - BARCO - NÃO ADJUDICAÇÃO - ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO E NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**
- CULTURA-----**
- 14 - IMPACTA - ADIAMENTO DE PROJETOS PARA 2023. -----**
- 15 - ROTARY CLUB DE GUIMARÃES - UTILIZAÇÃO DO TEATRO JORDÃO - ATRIBUIÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO. -----**
- 16 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO 2023 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. -----**
- 17 - IMPACTA - ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÕES DE ACEITAÇÃO DO SUBSÍDIO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----**
- 18 - LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO ELÉTRICO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - COMPROMISSO PLURIANUAL – RATIFICAÇÃO. -----**
- 19 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA – ANO LETIVO 2023/2024 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO N.º 1, ARTIGO 5.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).---**



- HABITAÇÃO -----
- 20 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE GUIMARÃES - 2ª REVISÃO. -----**
- 21 - REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO EM CURSO E ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE 172 FRAÇÕES A CONSTRUIR, DESTINADAS A REALOJAMENTO HABITACIONAL NO ÂMBITO DO 1º DIREITO – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO. -----**
- URBANISMO -----
- 22 - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO - NOVA PONTE SOBRE O RIO VIZELA EM LORDELO. -----**
- ENTIDADES PARTICIPADAS-----
- 23 - VIMÁGUA E.I.M, S.A. - PROPOSTA DE CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE GUIMARÃES E VIZELA E A VIMÁGUA.-----**
- 24 - VIMÁGUA E.I.M, S.A. - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA. -----**
- ESTATUTO DO DIRETO DE OPOSIÇÃO -----
- 25 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - ANO DE 2022. -----**
- FREGUESIAS-----
- 26 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.-----**
- 27 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. ---**
- 28 – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. -----**
- 29 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.-----**
- 30 - FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO.-**
- 31 – FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. -----**

- 32 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - OFERTA DE BANDEIRAS. -----
- 33 - FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO - OFERTA DE BANDEIRA. -----
- 34 - FREGUESIA DE ABAÇÃO E GÉMEOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE
21 DE ABRIL DE 2022. -----
- 35 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL -
ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2022. -----
- 36 - FREGUESIA DE ALDÃO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL
DE 2022. -----
- 37 - FREGUESIA DE ALDÃO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 16 DE
NOVEMBRO DE 2020.-----
- 38 - FREGUESIA DE BARCO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL
DE 2022. -----
- 39 - FREGUESIA DE BRITEIROS SÃO SALVADOR E BRITEIROS SANTA
LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 40 - FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO E DONIM - ALTERAÇÃO DA
DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 41 - FREGUESIA DE COSTA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 11 DE ABRIL
DE 2019. -----
- 42 - FREGUESIA DE COSTA - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.-----
- 43 - FREGUESIA DE CREIXOMIL - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE
ABRIL DE 2022.-----
- 44 - FREGUESIA DE GONDAR - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE
ABRIL DE 2022.-----
- 45 - FREGUESIA DE INFANTAS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE
ABRIL DE 2022.-----
- 46 - FREGUESIA DE LONGOS - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES. 47 -
FREGUESIA DE NESPEREIRA - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.-----
- 48 - FREGUESIA DE PINHEIRO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE



- ABRIL DE 2022.-----**
- 49 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.-----**
- 50 - FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.-----**
- 51 - FREGUESIA DE URGEZES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 52 - FREGUESIA DE URGEZES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 53 - FREGUESIA DE URGEZES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 12 DE ABRIL DE 2018.-----**
- 54 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO SÃO JOÃO E VERMIL - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----**
- 55 - FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.-----**
- 56 - FREGUESIA DE BARCO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 2022.-----**
- 57 - FREGUESIA DE BRITEIROS SÃO SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 58 - FREGUESIA DE BRITO - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.-----**
- 59 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----**
- 60 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.-----**
- 61 - FREGUESIA DE FERMENTÕES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**

- 62 - FREGUESIA DE INFANTAS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 63 - FREGUESIA DE LORDELO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 1 DE JUNHO DE 2020.-----
- 64 - FREGUESIA DE POLVOREIRA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 65 - FREGUESIA DE LORDELO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 66 - FREGUESIA DE LORDELO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE JUNHO DE 2020.-----
- 67 - FREGUESIA DE POLVOREIRA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020.-----
- 68 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.-----
- 69 - FREGUESIA DE SANDE SÃO LOURENÇO E BALAZAR - ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO À DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 70 - FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 71 - FREGUESIA DE SERZEDELO - ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.-----
- 72 - FREGUESIA DE SERZEDO E CALVOS - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 73 - FREGUESIA DE URGEZES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 74 - FREGUESIA DE S. TORCATO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----
- 75 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE BARCO, LORDELO, SELHO S. CRISTÓVÃO E FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA,



SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS. -----

76 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A FREGUESIAS - REGULARIZAÇÃO DE PROCESSOS RELATIVOS A OBRAS REALIZADAS NA REDE VIÁRIA DA COMPETÊNCIA DAS FREGUESIAS. -----

77 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - PROJETO SOCIAL “ATIVAMENTE” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024.-----

78 - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO - PROJETO SOCIAL “CANDOSO ATIVO” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024. -----

79 - FREGUESIA DE CALDELAS - PROJETO SOCIAL “ESTE LUGAR NÃO É PARA VELHOS: ESPAÇO CONVÍVIO SÉNIOR” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024. -----

80 - FREGUESIA DE PONTE - PROJETO SOCIAL “JUNTA AMIGA” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024. -----

81 - FREGUESIA DE S. TORCATO - PROJETO SOCIAL “JUNTAR SÃO TORCATO” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024.-----

82 - FREGUESIA DE URGEZES - PROJETO SOCIAL “URGEZES SOLIDÁRIO” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024. -----

83 - FREGUESIA DE AROSA E CASTELÕES - PROJETO SOCIAL “PERTEN(C)ER” - 3 DE MAIO DE 2023 A 2 DE MAIO DE 2024.-----

83 - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – REVOGAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. -----

85 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DO APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO. -----

86 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS - ANO DE 2023. --

87 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) - ANO DE 2023. -----

88 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS.-----

89 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

90 – Aprovação da Ata em Minuta. -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO**.

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina Silva Ribeiro, David José Gonçalves Faria, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Pedro Manuel da Silva Mendes, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva e Carlos Miguel Marques de Castro; **(PSD)** – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Tiago Vieira Laranjeiro, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Pedro Ribeiro Salazar e Carlos Vítor da Cunha Gonçalves; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; **(CDU)** - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – João Afonso Maia da Silva; **(IL)** – Pedro



Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, António Augusto da Silva Mendes (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS; António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuela Magalhães Ferreira Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, Raquel Susana Fernandes Oliveira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato) – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; António José da Silva Ribeiro – PSD, Nélson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de

Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo membro César Manuel de Castro Machado, nos termos do art.º 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, votado na ordem do dia, conforme adiante se indica, e solicitou a sua substituição na presente sessão. Nesta sequência, foi convocado a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Clara Sofia Abreu Barros, tendo sido efetuada a respetiva substituição, e, conseqüentemente, participado na presente sessão. -----

Ausências inferiores a trinta dias: Membros da Assembleia Municipal -

Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Vasco Manuel Azevedo Marques, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Sandra da Luz da Cunha Martins, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Daniel André de Sousa Rodrigues, Susana Manuel Marques Araújo, Célia Maria Abreu Magalhães, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, José de Castro Antunes, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Sérgio Alberto Castro da Rocha e António Alberto da Costa Martins. **Vereadores Municipais -** Vânia Dias da Silva. -----

Faltaram os seguintes membros: Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Anabela Cardoso Castro, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa e José de Castro Antunes. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara,



Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Bruno Alberto Vieira Fernandes, João Vicente Ribeiro Salgado e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do convite da Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados para a Cerimónia de Tomada de Posse dos Membros Eleitos da Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados para o triénio 2023/2025, que decorreu no dia 1 de março de 2023; - Do convite da Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos para couce das Procissões de Passos, Lázaro e do Enterro do Senhor, dias 26 de março e 7 de abril, pelas 17:00 e 22:00 horas, respetivamente; - Do convite do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães para a inauguração da requalificação da rua Nossa Senhora da Guia, Atães, dia 4 de março, pelas 10:30 horas; - Da convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação, dia 10 de março, pelas 17:00 horas; - Do requerimento da Associação Vimaranense de Hotelaria a solicitar reunião com todos os grupos municipais com assento na Assembleia Municipal de Guimarães; - Do convite do Centro Juvenil de S. José para o 108º Aniversário da sua fundação, dia 19 de março, pelas 10:00 horas; - Da comunicação do cidadão José Gonçalves, residente na rua Teixeira de Pascoais, a manifestar o seu descontentamento a respeito da falta de estacionamento existente na zona da Quintã; - Da reclamação apresentada pela cidadã Ana Catarina Castro, residente em Felgueiras e estudante na Universidade do Minho, sobre o aumento elevado do preço dos bilhetes de autocarro entre Guimarães e Braga; - Do ofício da Assembleia Municipal de Barcelos remetendo, para conhecimento, uma recomendação sobre a

violência doméstica, aprovada por unanimidade; - Do convite da Direção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães para as comemorações do 146º Aniversário da Associação, dia 19 de março de 2023; - Do ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção das duas moções aprovadas na sessão da Assembleia Municipal de 23 de março, sobre o Plano Ferroviário Nacional; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo, em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 10º do Decreto-lei nº 24/98, de 26 de maio, o relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – Ano de 2022; - Da comunicação do GuimarãesLiving a respeito das medidas que possam vir a ser implementadas no alojamento local; - Do convite do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães para a inauguração da Ecovia da Escola Hotel, dia 25 de março, pelas 10:30 horas; - Do convite da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães para a Procissão das Endoenças, a realizar no dia 6 de abril, pelas 21:00 horas; - Do convite da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Brito para as comemorações do aniversário da elevação de Brito a Vila, realizadas no dia 23 de abril, pelas 16:00 horas; - Da comunicação da Associação Nacional das Assembleias Municipais sobre a realização de um Webinar, a ocorrer no dia 30 de março, pelas 17:30 horas, dedicado ao tema “Agarrados à Net: Bem Estar Digital; - Do convite da Comissão de Festas e Júza da Irmandade da Nossa Senhora da Luz para a Procissão Solene de Nossa Senhora da Luz, dia 16 de abril de 2023, pelas 09:45 horas.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Realizou-se na manhã de 6 de junho de 2022, no Laboratório da Paisagem,



uma reunião do Executivo Municipal que teve como tema principal o Ambiente. Esta reunião temática, realizada fora dos Paços do Concelho, foi anunciada como pretendendo dar destaque a temas relacionados com a Sustentabilidade Ambiental, para além do anúncio de uma nova candidatura a Capital Verde Europeia. Nessa reunião, Guimarães ficou a saber, pela voz do Senhor Presidente da Câmara, que a nova candidatura seria entregue entre março e abril de 2023. Estamos a 3 dias do fim do mês de abril e não temos notícias desta nova candidatura. Uma candidatura, que apesar dos constantes apelos, não teve o eco que a CDU defende que deveria ter tido. Com um concreto e maior envolvimento da população, parte primordial para o sucesso na mudança de comportamentos. Algumas reuniões aconteceram, é certo, mas sem a possibilidade de discussão, porque não se pode discutir o que não se conhece, não se pode questionar quando a informação que nos é dada é tão superficial. E, por isso, Senhor Presidente, a CDU questiona não só em que fase é que se encontra a segunda candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, mas também o que tem para dizer a esta assembleia e a todos os vimezanenses sobre a ligação entre ela e as recentes descargas em linhas de água nas Taipas e em São Lourenço de Selho. O rio Selho corre branco, o rio Ave nas Taipas sofreu, igualmente, uma descarga esta semana, segundo relatos, e já este mês tinha sido chumbado pela Agência Portuguesa do Ambiente, novamente, o pedido de classificação da Praia Seca como água balnear. E Senhor Presidente reforçamos a questão que colocámos na última assembleia. Durante a limpeza do leito do Rio Ave para a construção da ecovia em Brito, ficou a descoberto um coletor que está claramente subdimensionado e que verte esgotos para o rio de noite e de dia. Ainda não está resolvido. Continua a verter. Desde a última assembleia passaram-se 2 meses, mas há quanto tempo está aquele coletor a verter? Disse-nos que os

coletores eram da responsabilidade das Águas do Norte e que era necessário “ver” este problema entre a Câmara Municipal de Guimarães e as Águas do Norte. E disse mais, passo a citá-lo, Senhor Presidente: “O pior problema que podemos ter é fingir que não vemos!”, fim de citação. Quem é que anda a fingir, Senhor presidente? Os guarda-rios descobriram mais coletores como aquele, que escondidos pelos arbustos se encontram a verter para as linhas de água do Concelho, contribuindo para que o Concelho continue sem uma praia fluvial? Fazendo com que continuemos a ter classificações baixas no que à qualidade dos recursos hídricos diz respeito? E por falar em candidaturas, em anúncios, em promessas, não podemos deixar de questionar o facto das últimas notícias referirem que Guimarães pode perder serviços na área da Justiça. Lemos na comunicação social a propósito da não concretização do Campus da Justiça para Guimarães, que e cito: “Governo não se compromete com Campus da Justiça em Guimarães, mas garante obras. Desde 2019 que o loteamento destinado ao Campus de Justiça de Guimarães, no Lugar do Outeiro, em Mesão Frio, junto à Academia de Ginástica, está pronto para construção”, fim de citação. Uns dias depois somos confrontados com outra informação: “A Comarca Judicial de Braga, organismo responsável pela administração da justiça no distrito, propõe, no seu relatório anual, referente ao ano de 2022, a “transferência integral” do Juízo Central Criminal de Guimarães para Vila Nova de Famalicão.” O que se passa, Senhor Presidente? Que informações tem sobre este incumprimento por parte do Governo de maioria PS? Também soube pela imprensa a intenção do Governo retirar estas competências a Guimarães? O que mudou de 2019 para 2023? A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Minho já concluiu o estudo de conceção do edifício nos terrenos que a Câmara cedeu ao Ministério da justiça para a construção do edifício e a implementação dos serviços? Ficaremos apenas por mais um



anúncio?” -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Mais uma vez o elevador do parque de estacionamento da Mumadona é assunto. Apesar do valor que o próprio projeto já custa, quanto estima que seja o valor total desta intervenção? Gostaríamos, também, de saber em que consiste o contrato em que Siza Vieira prescindiu dos direitos autorais. Qual é a compensação? Outro assunto! Abriu o tão esperado serviço de hemodinâmica, motivo de felicidade para todos nós e de uma utilidade ímpar, embora para espanto dos menos entendidos, que é a maioria das pessoas, incluindo eu próprio, não contempla serviços de urgência. Porque é que isto aconteceu? Já sabia a Câmara Municipal de Guimarães que isto viria a acontecer? Se não sabia, o que pode fazer a Câmara para alterar esta situação? Sobre uma nova academia do Vitória Sport Clube, novos terrenos, remodelação da atual academia e construção de dois novos pavilhões. Para isto vai proceder-se à alteração do PDM, em função destas vontades! Senhor Presidente, quanto dinheiro se irá gastar, do bolso dos vimaranenses, com uma instituição privada? Espalhar a imagem do nosso símbolo maior, será sempre um motivo de orgulho, e, obviamente, isso tem um custo associado! No total, quanto vai a Câmara Municipal de Guimarães gastar com as estátuas? -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Traz-me aqui hoje um grande regozijo e um profundo nojo. Regozijo pelo facto de, finalmente, a unidade de hemodinâmica estar a funcionar, após ultrapassar o penoso caminho burocrata estagnante. Guimarães e a região deram um passo de gigante com a abertura desta valência no Hospital Nossa Senhora

da Oliveira. Coisas boas precisam-se. Muitos se esforçaram ao longo dos anos para esta abertura, aproveitando eu para assinalar o especial empenho de dois Senhores Deputados, simultaneamente municipais e da nação, um do PSD outro do PS, Dr. André Coelho Lima e Dr. Luis Soares. Fizeram o que lhes competia e o bom resultado está à vista. Guimarães deve reter este facto. Nojo, pela volumosa e descontrolada coexistência com os repugnantes ratos, baratas e pulgas. São muitos Senhores, sobretudo no Centro Histórico e imediações. Dizem as empresas de desinfestação e algum que outro funcionário camarário da área que a Câmara desinvestiu consideravelmente na sua erradicação, o que é perigoso para a saúde pública e nojento. Por favor Senhor Presidente da Câmara preste atenção a estas bichezas dotando os serviços de meios para as exterminar. Agradeço-lhe pessoalmente.” -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Municipal do CDS-PP, lembrando que o CDS tem vindo a expressar publicamente a sua preocupação relativamente à segurança pública dos vimaranenses nas mais variadas origens do concelho, anunciou que irá abordar duas novas preocupações. A primeira, de carácter preventivo, diz respeito aos moradores na Travessa de Cesil, da Freguesia de Azurém, que, desde 2013, quando foram concretizadas as obras de requalificação da rotunda da Volta do Pedroso, se viram privados do acesso a um caminho público com dezenas de anos, impossibilitando o acesso automóvel aos vários residentes dessa Travessa e comprometendo a passagem, em caso de necessidade, de um veículo de bombeiros. A segunda, de carácter reativo, sobre um deslizamento de terras, ocorrido em 30 de dezembro de 2022, provocado pelas chuvas torrenciais, que abalroou uma habitação em Atães. Lembrou que os serviços de Proteção Civil da Câmara Municipal de Guimarães, após visita ao local, confirmaram tratar-se de um deslizamento de terras relevante e com origem num terreno particular, que



teve movimentos de terras há cerca de 20 anos, data que coincide com a construção da variante urbana que liga Guimarães a Fafe, pelo que não está excluída a hipótese de que ambas as situações estejam correlacionadas. Acrescentou que a Proteção Civil, poucos dias depois de considerar esse deslizamento relevante, informou sobre a necessidade de regularização dos terrenos. Todavia, decorridos quatro meses, referiu que os habitantes que perderam a casa continuam sem casa, os terrenos agrícolas continuam completamente inutilizados e, mais grave que tudo isto, os perigos eminentes e identificados pela Proteção Civil continuam por solucionar. Por fim disse entender que, por tudo o que acabara de referir, a Proteção Civil tem a responsabilidade de fiscalizar as condições municipais de segurança, bem como aferir da origem da responsabilidade, sendo ela de natureza privada, do Município ou das Infraestruturas de Portugal. Concluiu, considerando que o silêncio da autarquia não lhe parece a melhor solução na defesa dos interesses de qualquer vimaranense. -----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Municipal do PSD, começou por recordar que, em dezembro de 2022, os vereadores da oposição alertaram a maioria socialista que se estava a ponderar a transferência de valências judiciais de Guimarães para Famalicão. Informou que, ao tempo, a maioria socialista, ao invés de ouvir, desvalorizou e, ao invés de refletir, ridicularizou esse alarme, considerando-o um mero rumor, mas esse alarme ganhou força documental e os Órgãos de Gestão da Comarca defendem viabilizar a transferência integral do Juízo Central Criminal para Vila Nova de Famalicão. Acrescentou que o relatório, elaborado pelo Juiz Presidente, é um documento relevante porque foi aprovado pelo Conselho de Gestão de Comarca e, mais importante, porque constará do relatório anual do Conselho Superior de Magistratura. Considerando tratar-se de um relatório

que condiciona muito a organização judiciária, transmitiu que o documento obteve, também, parecer favorável do Conselho Consultivo, em reunião de 24 de fevereiro de 2023, onde, para além dos agentes da justiça, integra o Conselho Consultivo representante dos autarcas dos concelhos da Comarca. Deste modo, disse querer saber quem foram os representantes das autarquias que estiveram presentes na referida reunião e que posição tomaram em relação ao aludido parecer. Prosseguiu, dizendo considerar que, a partir de 2015, os sucessivos relatórios mencionam, constantemente, as sucessivas promessas adiadas, causando cansaço aos agentes judiciais, que partiram, partem ou têm intenção de partir para outra situação, procurando remediar um erro com outro erro. Disse bastar ler o texto do relatório, e citou "...a criação do Juízo Central Criminal de Vila Nova de Famalicão é um desígnio do Município e da população...", para perceber que se pretende agradar os autarcas famalicenses. Considerou, por tal, que agradar a uns, esbarra com a insensibilidade ou desagrado que pode provocar noutros. Reiterou que o Município de Guimarães deveria ter valorizado a informação que lhe foi prestada pelos vereadores da oposição e atuar preventivamente pela defesa de Guimarães, uma vez que, ao tempo, já eram públicas as diligências que o Município de Famalicão e os agentes judiciais estavam a desenvolver. Lamentou que a maioria socialista só agora tenha acordado para o risco de perda de uma importante valência judicial, continuando a andar a reboque de acontecimentos - reagir e não agir. Finalizou dizendo que os autarcas vimaranenses, efetivamente, não foram e continuam a não ser respeitados pelo "Terreiro do Paço", referindo que Guimarães não pode perder centralidade, e que esta posição vai retirar-lhe serviços e centralidade, pelo que é necessário defender Guimarães para não continuar a ficar secundarizado e periferizado em termos regionais. -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, do Grupo Municipal do PS, fez a sua



intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A criação de uma rede e equipamentos culturais e turísticos é um anseio antigo da Câmara Municipal de Guimarães, tendo já dado passos concretos na criação dessa rede, quer através da delegação de competências em estruturas por si participadas, quer pela agregação em projetos comuns de um conjunto mais alargado de entidades. É exemplo disso a criação do Guimarães Pass que reúne 7 entidades (Câmara Municipal de Guimarães, Oficina, Direção Regional da Cultura do Norte, Sociedade Martins Sarmento, Centro de Ciência Viva de Guimarães, Turipenha e Santa Casa da Misericórdia de Guimarães) e 11 espaços culturais (Centro Cultural Vila Flor, Centro Internacional das Artes José de Guimarães, Casa da Memória, Castelo de Guimarães, Paço dos Duques de Bragança, Museu de Alberto Sampaio, Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, Museu da Cultura Castreja, Citânia de Briteiros, Núcleo Museológico de Santo António do Capuchos, Centro de Ciência Viva de Guimarães e Teleférico de Guimarães). Relembro este assunto da criação de uma rede de equipamentos a propósito do processo de descentralização da cultura e do retrocesso que aconteceria com a transferência da gestão de museus e monumentos para Lisboa. O Ministério da Cultura anunciou a intenção de integrar a gestão dos museus e monumentos geridos pelas Direções Regionais de Cultura na Direção Geral do Património. E isso gerou discórdia. Gerou e gerará. No que diz respeito a Guimarães, o Paço dos Duques de Bragança, o Castelo de Guimarães e o Museu de Alberto Sampaio são três importantes espaços culturais que integram a identidade vimaranense e dos quais Guimarães não deve abdicar. Julgo inclusive poder dizer que Guimarães não abdicará e que a Câmara Municipal não prescindirá de manifestar de forma veemente a sua discordância a essa hipotética mudança. E julgo poder dizê-lo porque já ouvi

declarações públicas dos principais responsáveis políticos do executivo Socialista de Guimarães. E foram declarações assertivas, claras e sem margem para qualquer dúvida. Guimarães não abdica de gerir os seus equipamentos culturais e rejeita qualquer possibilidade desses equipamentos passarem a ser geridos por uma entidade sediada em Lisboa. Se por um lado não vemos qualquer vantagem nessa hipotética alteração, o passado recente teve passos concretos que demonstram que esta vontade de Guimarães não é um “bairrismo bacoco”. Na verdade, desde 2012, ou até antes, que essa possibilidade foi sendo trabalhada, desenvolvida e apresentada a quem de direito. Em vários momentos e perante vários decisores políticos. Sempre defendemos a gestão integrada destes equipamentos. Continuamos a defender a gestão integrada destes equipamentos e continuaremos a defender a gestão integrada destes equipamentos em Guimarães e a partir de Guimarães. Defendemos esta posição quando o governo era liderado por Passos Coelho e Paulo Portas, defendemo-lo agora quando o governo é liderado por António Costa. Defendemo-lo por convicção e por coerência. Defendemo-lo porque colocamos os interesses de Guimarães e dos Vimaraneses à frente de outro qualquer interesse. E o que pensa a oposição de direita em Guimarães? O que pensa hoje, com o governo de António Costa, é o que pensava com o governo de Passos Coelho? Obviamente que não. Hoje, como sempre, a oposição de direita em Guimarães, na cultura como noutras áreas, vai pensando em função de qualquer coisa que não os princípios e as convicções. Hoje, como sempre, a oposição de direita em Guimarães pensa em função do sound bite quando o seu partido não está no governo e anula-se quando o seu partido está no governo. Reclama tudo para Guimarães quando não é governo, esquece-se de Guimarães quando o seu partido é governo. Faço algumas perguntas, de mera retórica assumo, porque sei a



resposta a todas elas: Porque é que hoje o PSD e o CDS reclamam de forma veemente o apoio ao CIAJG? Qual foi a posição do PSD e do CDS quando os seus partidos estavam no poder? Quem pediu a intervenção do Tribunal de Contas no processo do concurso da Plataforma das Artes? Quem prometeu promover um debate público sobre sustentabilidade da Plataforma das Artes? Que posição tomaram PSD e CDS a propósito da Lei 50/2012? Qual é o projeto cultural que PSD e CDS defendem para Guimarães? Termino dizendo que a intenção do Ministério da Cultura voltar a centralizar a gestão dos museus não faz sentido e contraria todo o processo de descentralização que se tem vindo a implementar. Digo-o hoje com a mesma convicção de ontem.” -----

João Afonso Maia da Silva, do Grupo Municipal do BE, sendo a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, expressou o seu sentimento de responsabilidade, em participar, enquanto jovem neste fórum, por excelência o Órgão Deliberativo, escrutinador e consultivo do poder municipal, garantindo dar o seu melhor na defesa de todos os vimezanenses, exibindo aquilo que acredita serem as suas inquietações, anseios e pretensões. Assim, recordando a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que pretendia alterar a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior e que apenas colheu o apoio do LIVRE e do PAN, falou sobre a preocupação que afeta os jovens, não só os vimezanenses que cá cresceram, residem ou estudam, mas todos os jovens estudantes a nível nacional que, hoje, através da abertura da possibilidade de as instituições do ensino superior adotarem um regime fundacional de direito privado. Acrescentou termos menos instituições vocacionadas para a produção do conhecimento e ciência, num clima propício para aprendizagem de excelência e para a mercantilização do ensino.

Acrescentou, também, que as universidades/politécnicos, no atual regime jurídico, procuram autonomia e agilidade financeira, sacrificando, para isso, a acessibilidade e a universalidade do ensino e colocando a necessidade de alcançar a percentagem estabelecida das receitas próprias sobre os ombros dos estudantes e na manutenção de propinas em valores impeditivos, o que considerou lamentável numa época de crise como a que se vive. Ainda neste âmbito, recordou que no período de governação anterior (geringonça) foi possível a redução do valor máximo da propina cobrada nas licenciaturas, tendo-se estagnado nos últimos anos de governação, tornando-se mais incomportável devido à recente e crescente perda de rendimento real das famílias. No que toca aos mestrados e doutoramentos, referiu que a lei nem sequer estabelece um limite máximo, cabendo a cada instituição de ensino definir o valor que considera justo, pelo que os estudantes são atirados para a necessidade de pagar propinas muito altas, a que acresce o custo de alojamento, material de estudo e outras despesas essenciais. Acrescentou que esta realidade, particularmente nesta fase complexa, quer na licenciatura base, quer na formação superior, afeta gravemente os estudantes e a própria realidade nacional, com níveis de formação superior dos mais baixos da União Europeia. Prosseguiu, referindo que a perda de rendimentos tem afetado sobretudo as famílias de estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, como sempre o alvo principal das crises sistémicas, pelo que a manutenção de uma política que trata os estudantes como clientes e os cursos superiores como serviços prestados, a tendência não se inverterá. Pelo atrás descrito, disse lamentar que a resposta do Governo tenha passado pela atribuição de pequenos apoios sociais, manifestamente insuficientes, e pela isenção do IVA do cabaz essencial, que veio a mostrar-se ineficaz, lembrando, a propósito, o alerta da DECO para as variações de preços que anulam os efeitos da isenção do IVA.



Concluiu, dizendo que o Partido Socialista é, hoje, incapaz de enfrentar o poder estabelecido pelos grandes agentes económico/financeiros, em especial das grandes empresas de comércio a retalho e de distribuição, que demonstram a sua verdadeira faceta e o seu sentido de interesse nacional, alcançar o lucro, alimentando os seus próprios anseios. Por estarmos entre duas datas importantes (25 de Abril e 1º de Maio) apelou à reflexão sobre o país, que se quer livre e plenamente democrático do ponto de vista político, social e económico. -----

João Afonso Maia da Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida.-----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Dirijome a esta Assembleia para dar nota do regozijo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela entrada em funcionamento da Unidade de Diagnóstico e Intervenção Cardiovascular do Hospital Senhora da Oliveira (UDIC), serviço de intervenção em cardiologia que os vimezanenses há muito necessitavam, e que irá beneficiar igualmente a população da área de influência direta e indireta do nosso Hospital, abrangendo uma população de cerca de 455 mil habitantes pertencentes a oito municípios. Os dados estatísticos revelam que as doenças cardiovasculares, como o enfarte agudo do miocárdio, a insuficiência cardíaca e as arritmias, são a principal causa de morte em Portugal. Importa lembrar que os avultados investimentos realizados no Serviço de Cardiologia tiveram como suporte, essencialmente, doações captadas junto da sociedade civil, que viabilizaram a aquisição de equipamentos de Tomografia Computorizada, a remodelação da Unidade de Cuidados Intensivos Cardíacos, a criação de um novo espaço para instalar o melhorado Laboratório de Arritmologia, Pacing e Electrofisiologia, assim

como, a instalação do novo Laboratório de Hemodinâmica e a aquisição dos equipamentos necessários. Neste contexto, a assinatura do Protocolo de Afiliação da Unidade de Diagnóstico e Intervenção Cardiovascular do Serviço de Cardiologia do Hospital Senhora da Oliveira com a Unidade de Hemodinâmica - Serviço de Cardiologia do Hospital de Braga, no passado dia 27 de março, por um período de 3 anos prorrogáveis por iguais períodos, constituiu mais uma etapa de um processo que se revelou de grande complexidade na definição de soluções, na superação de obstáculos, de resistências e excessivamente moroso. Tardou, mas chegou. Este protocolo vem reconhecer a existência de uma Sala de Hemodinâmica construída e devidamente equipada, a existência de um Plano Estratégico da UDIC do Serviço de Cardiologia com análise económica e financeira e impacto clínico favoráveis, a necessidade de reforço de Equipamentos de Hemodinâmica na região do Minho e, sublinho, a existência de médicos no Hospital Senhora da Oliveira com formação específica em cardiologia de intervenção. Assim, com a entrada em funcionamento da UDIC vão ser realizados cerca de 60 cateterismos de diagnóstico e de intervenção por mês, a doentes internados e da consulta. As situações urgentes que exijam cateterismos serão encaminhadas pelo INEM para o Hospital de Braga (via verde coronária), conforme resulta da atual rede de referenciação de cardiologia. Não obstante, durante o próximo mês de maio prevê-se o início da atividade de angioplastia coronária, que permite tratar o enfarte agudo do miocárdio, desbloqueando as artérias coronárias total ou parcialmente obstruídas retomando a circulação sanguínea, a oxigenação da área do músculo cardíaco afetado e a sua revascularização e combatendo a isquemia. Significa isto que estamos plenamente satisfeitos? A resposta é não. Pretendemos mais. Não nos resignamos a que persista a necessidade de transporte em ambulância de um doente com um quadro de enfarte agudo



do miocárdio de Guimarães para o Hospital de Braga, gastando um tempo que o doente numa situação crítica pode não ter, atrasando a angioplastia que irá permitir a desobstrução arterial e a recuperação gradual do paciente. O que ambicionamos é ver a curto prazo a UDIC do Hospital Senhora da Oliveira crescer, robustecer-se e emancipar-se da condição de afiliada para a condição de Unidade de Hemodinâmica, integrada na Rede de Referência Hospitalar de Cardiologia, capacitada para dar resposta a todas as situações clínicas, designadamente, às urgentes através da via verde coronária. Nesta conformidade, e tal como é apanágio do Partido Socialista de Guimarães, continuaremos sempre do lado dos legítimos interesses de Guimarães e dos vimaranenses, exigindo do Ministério da Saúde e do Governo, tudo aquilo que se nos afigure necessário, justo e razoável, acompanhando de perto as necessidades de investimento e a evolução dos cuidados de saúde prestados pelo Hospital Senhora da Oliveira, e, em particular, a especialização e consolidação da atual UDIC e a sua progressão para Unidade de Hemodinâmica.” -----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida. -----

Tiago Vieira Laranjeiro, do Grupo Municipal do PSD, começou por referir que, volvidos 49 anos do 25 de Abril, no exercício das liberdades e dos deveres atribuídos pela revolução dos cravos e pela Constituição da República Portuguesa, sendo, um deles, o dever de fiscalizar. Referiu, depois, ter havido o tempo da proposta – nas eleições - e, agora, é o tempo de o PSD na oposição fiscalizar e o Partido Socialista governar. Por isso, disse querer solicitar esclarecimentos sobre os seus planos anunciados para o financiamento da atividade cultural em Guimarães. Lembrou que foi noticiado pelo Presidente da Câmara Municipal, no início do presente mês,

de que pretende a transferência da Direção Geral de Cultura do Norte para o Município do Castelo de Guimarães e do Paço dos Duques de Bragança, equipamentos que rondam os 700 mil euros anuais de receita, com o objetivo de financiar a Plataforma das Artes e da Criatividade. Recuou no tempo lembrando que, há dez anos atrás, o candidato à Câmara Municipal, Domingos Bragança, é eleito tendo por base uma promessa de lutar até às últimas consequências para que o Governo, de então de uma cor diferente da sua, financiasse condignamente a atividade cultural pública em Guimarães. Todavia, volvidos dez anos, sete dos quais com governo nacional socialista, disse que o problema se mantém e sem resolução à vista. Acrescentou que o Ministro da Cultura, em visita a Guimarães, após ouvir as preocupações, refere que os privados devem assumir maior responsabilidade no financiamento da Cultura. Acrescentou, ainda, que, entretanto, extinguiu-se a Fundação Cidade de Guimarães e não se encontrou nova solução, mantendo-se a Oficina como entidade gestora provisória, desde 2005, dos equipamentos culturais municipais da cidade. Lembrou que o Presidente da Câmara Municipal, já em 2018, confrontado com este problema, anunciou uma grande reflexão sobre a Plataforma das Artes, mas resultou em 4 anos de silêncio, até que, no presente mês de abril, surge esta pretensão de assumir património cultural para beneficiar dos seus proveitos financeiros, e aqui reside a grande perplexidade, a justificação ser meramente financeira e economicista, aproveitar as receitas para financiar outros equipamentos, e nem sequer se tentou inventar um discurso inovador. Neste âmbito, passou a citar o que poderia ter sido o discurso inovador para a Câmara Municipal defender a transferência dos referidos equipamentos para a Câmara Municipal *“pretendemos a transferência da gestão do Castelo e do Paço dos Duques para o Município pois, enquanto Órgão mais próximo dos cidadãos e com responsabilidades acrescidas na*



gestão e promoção cultural no Concelho, queremos dinamizar a cultura como um todo, a nível local, queremos fortalecer Guimarães enquanto marco cultural nacional e europeu do património edificado às novas fronteiras das artes plásticas e performativas de vanguarda, criando um diálogo que nos transporte dos primórdios da fundação ao presente e nos projeto para o futuro". Mas não, a Câmara Municipal não teve este discurso, porque este discurso tem mais "buracos que um queijo suíço", e, como este, derrete quando se chega perto do "lume, lume como o Deputado Luís Soares lhe chegou, na pergunta que oportunamente endereçou ao Governo, uma semana após a intervenção do Presidente da Câmara, em que, no fundo, reconhece as dificuldades da transferência das competências destes equipamentos para os municípios, e como diversos políticos o têm reconhecido, defendendo a imperiosidade da gestão integrada do Património Cultural Imaterial pelo imperativo da sua salvaguarda, preservação e valorização, que passa, também, pela sua projeção, que é importante porque o Presidente da Câmara quer assumir a gestão para ficar com os proveitos, mas, e a dinamização e o investimento em divulgação que hoje é feita de forma integrada a nível nacional e regional, promovendo o Paço dos Duques e o Castelo de Guimarães, como parte do Património Nacional? Passando para a gestão municipal, como ficam as campanhas de divulgação do património? O Município assumirá a sua quota no seu financiamento? Como será quando chegar o momento de intervenções de fundo para a sua reabilitação, clamaremos mais verba ao Estado Central? Concluiu, dizendo continuarmos em andamento gravíssimo, com a batida lenta, muito lenta, sem andamento. -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: "O

PS completou 50 anos! Foi no dia 19 de abril de 1973, na Alemanha, na cidade Bad Munstereifel, que nos ombros de gigantes na luta pela liberdade e pela democracia, liderados por Mário Soares, se fundou o Partido Socialista. A fundação do Partido Socialista foi o prelúdio para algo maior que se anunciava. Com Homens e mulheres, de coragem extraordinária, que lutaram com infatigável abnegação pela liberdade e pela democracia: primeiro na clandestinidade lutando contra o um regime autoritário, iníquo e corrupto e, já depois do 25 de abril, garantindo sempre que não haveria desvios antidemocráticos perante a forte instabilidade política que imediatamente se seguiu ao 25 de abril de 1974. A ASP (Ação Socialista Portuguesa), pediu adesão, em 1972, à Internacional Socialista e, nesse momento, estabelece-se como um interlocutor fundamental no palco das democracias europeias e dos seus atores políticos insignes Willy Brandt, Olof Palme, Harold Wilson, Francois Mitterrand, entre outros. Foi, também, com cooperação destes gigantes europeus, que a democracia portuguesa se sedimentou. O PS nunca perdeu o norte do seu papel histórico na defesa da república e de um projeto coletivo alicerçado na liberdade e na democracia que celebramos esta semana com o 25 de abril, erguendo, sempre bem alto, as bandeiras do humanismo, da justiça social e da solidariedade. Por um país mais próspero, menos desigual, e mais aberto ao mundo. O PS é o partido diretamente responsável pela construção de um Estado Social, à imagem das democracias mais avançadas da Europa, criando os pilares para o seu funcionamento como escola pública universal, o serviço nacional de saúde, o sistema público de proteção social. Estes pilares são fundamentais para a existência de uma comunidade dinâmica e, ao mesmo tempo, solidária: para que todos os seus cidadãos, e independente da sua condição social e económica, possam aceder a condições de vida e de felicidade em que “ninguém fique para trás”. De Mário Soares a Jorge Sampaio, passando por



tantos outros, muitos são os que trabalharam e trabalham diariamente, de forma decisiva. O PS foi e é o grande impulsionador do modelo social europeu, dentro e fora de portas, primeiro com a adesão à então CEE, pela mão de Mário Soares, a adesão à moeda única europeia e mais tarde com a assinatura do tratado de Lisboa, instrumento fundamental para a construção da União Europeia. O PS, como sublinhou e bem o Presidente da Internacional Socialista e do Partido Socialista Operário Espanhol e Primeiro Ministro de Espanha Pedro Sánchez nas celebrações dos 50 anos do PS: O PS não é apenas uma referência da social-democracia em Portugal é uma referência da social-democracia para toda a Europa. Comemoramos, pois, os 50 anos da fundação do Partido Socialista com a mesma vontade do primeiro dia, com orgulho no passado, responsabilidade no presente e confiança num “futuro com história”, apostados em construir um futuro pleno para todos os Portugueses, inspirado pelo caminho que nos trouxe até aqui.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que os principais “rostos” da Unidade de Hemodinâmica do Hospital Nossa Senhora da Oliveira são os Cardiologistas, Doutor António Lourenço, Doutor Vítor Sanfins e Doutor Francisco Ferreira, pois apresentaram à sociedade vimaranense e ao Ministério de Saúde a necessidade de tão importante equipamento para Guimarães. Anunciou ter visitado a Unidade de Hemodinâmica aquando da reunião ocorrida, na passada semana, com os principais responsáveis pelo funcionamento do Serviço de Cardiologia e com a Administração do Hospital, onde lhe foi comunicado que é normal o serviço passar por um processo inicial evolutivo, mas que mantinham confiança de que o Centro de Hemodinâmica ficará a par com outros hospitais, nomeadamente o de Braga. Realçou a importância de avançar, desde já, para a construção de

mais um bloco, no zona onde se situa o Hospital, para alocar serviços que estão completamente congestionados, assim como para outro tipo de valências, de modo a evitar que se desloquem para outros concelhos vizinhos, acrescentando que é um processo que levará algum tempo a ser concretizado por depender da aceitação do Governo e do Ministério da Saúde, assim como dos fundos financeiros que são necessários para levar à prática uma infraestrutura desta natureza. Sobre a questão do Juízo Central Criminal da Comarca, lembrou que a Câmara Municipal, de forma preventiva, deu início em 2015 ao processo de cedência do terreno para a construção do Campus de Justiça, que convenceu a então Ministra Van Dunem, dando origem à assinatura de um protocolo com o Governo, em 2018 ou 2019, iniciando-se um conjunto de obrigações e responsabilidades da parte da Câmara Municipal e do Governo. Reconheceu haver atrasos do Governo, mas quer a Ministra da Justiça, atualmente em funções, quer o Secretário de Estado da Justiça lhe deu garantia de que os contratos são para cumprir. Informou que o Conselho Consultivo da Comarca de Braga, entidade que aprovou o relatório mencionado nas intervenções que o antecederam, é apenas o Conselho Consultivo para o Ministério da Justiça, que, por iniciativa do Juiz Presidente da Comarca, considera a deslocação do Juízo Central Criminal da Comarca de Braga para Vila Nova de Famalicão como uma boa opção. Porém, a própria Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados já emitiu um comunicado a opor-se a esta deslocação, justificando a sua posição, assim como fez o Partido Socialista, e, com toda a certeza, todos os partidos políticos de Guimarães. Esclareceu não ter estado presente na reunião do Conselho Consultivo, mas ao ter conhecimento do sucedido, reuniu com o Juiz Presidente da Comarca de Braga, que o informou ter assumido uma posição que pretendia corresponder ao desconforto que se sente no edifício judicial instalado em Creixomil.



Esclareceu, também, ter contactado a Ministra da Justiça, que lhe participou não estar sequer em equação a transferência destas competências de Guimarães para Famalicão, ou para qualquer outro concelho. Prosseguindo, informou que a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia está pronta e que será submetida na plataforma, criada para esse efeito, até 30 de abril, renovando a importância do envolvimento de toda a comunidade no caminho que terá de ser percorrido. Concordou que deve ser reforçada, ainda mais, a operacionalidade e eficiência da vigilância e da proteção da bacia hidrográfica, realçando que cada cidadão deve sentir que a agressão ao ambiente é uma agressão a todos. Defendeu a passagem da gestão do saneamento em alta, atualmente na esfera das Águas do Norte, para a Vimágua, porque, tratando-se de uma empresa intermunicipal, com influência direta da Câmara Municipal, Guimarães ficaria a ganhar. Por último, explicou que compete ao Vitória Sport clube fazer investimentos, podendo a Câmara Municipal, como faz com outras entidades, apoiar dentro do devido enquadramento legal, como aconteceu aquando da cedência do terreno para a construção da Academia de Ginástica de Guimarães. -----

O Presidente da Câmara, respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Tiago Vieira Laranjeiro, César Nuno da Costa Teixeira, Paulo Miguel Lima Peixoto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Tiago Vieira Laranjeiro pediu o uso da palavra, para um **ponto de ordem à Mesa**, dizendo que, talvez por não o ter compreendido, o Presidente da Câmara acabara de proferir, na resposta aos esclarecimentos que lhe solicitou, que havia dito algo na sua intervenção que, efetivamente, não corresponde à verdade. Esclareceu ter iniciado a sua intervenção referindo-se ao espírito de celebração dos 49 anos do 25 de Abril, naquilo que são os

poderes instituídos pela Constituição à Assembleia Municipal e aos seus membros, que inclui o dever de fiscalizar. Acrescentou não ter proferido uma única afirmação que constituísse uma defesa, fosse do que fosse, referindo, a propósito, que já no passado se tentou transformar questões em afirmação de posições do PSD, nomeadamente em relação à Cultura. Assim, e para que conste, reiterou que, na sua intervenção, não houve nenhuma afirmação sobre nenhuma posição, apenas a formulação de questões à Câmara Municipal sobre políticas que estão em curso. -----

De imediato, o **Presidente da Mesa** disse ter-se tratado de um protesto e não uma interpelação à Mesa. Deste modo, perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia exercer o seu direito do contraprotesto, o qual informou prescindir. -----

----- **PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

Hélder Manuel da Silva Pinto, fez uma intervenção sobre o tema da democracia participativa, interpelando o Grupo Municipal do PS, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Assembleia Municipal é um dos poucos momentos do ano em que os munícipes têm a oportunidade de destacar algum problema ou causa relevante para o território e para a população do concelho. Intervêm durante alguns minutos, sabendo de antemão que o alcance e impacto da sua intervenção serão muito limitados. Além deste canal de expressão e de participação cívica, existem outros, mais ou menos ativos, mais ou menos digitais, que até valem a Guimarães destaque nacional quando comparado com os restantes municípios. Mas devemos ficar satisfeitos com este patamar de participação cívica? Uma característica comum a todos estes meios de participação é a influência muito limitada ou nula que os cidadãos têm nas tomadas de decisão que impactem significativamente o concelho. Os cidadãos usam estes meios



essencialmente como válvula de escape e sentem a frustração dos seus contributos não serem tomados em consideração. E aqui falo por experiência própria. Escusado será alongar-me também sobre as eleições autárquicas, em que os eleitores se limitam a escolher quem os vai representar nos próximos 4 anos, sem terem influência significativa sobre o programa dos partidos e estando depois limitados às formas de participação sem grande relevo que já referi. Em resumo, os cidadãos não têm oportunidades relevantes de participar nos processos de tomada de decisão das autarquias. A democracia representativa é isto mesmo, direis vós, mas eu contraponho: foi alguma vez dada oportunidade aos cidadãos de optarem por outro modelo de democracia, mais participativo? Deve-se recordar que, entre 1974 e 1975, houve lampejos de democracia direta e participativa e de autogestão, rapidamente abafados pelas elites de todos os quadrantes partidários, à esquerda e à direita. Quase 50 anos volvidos, a democracia representativa está desgastada e descredibilizada em Portugal. Cerca de metade dos eleitores abstém-se e uma boa parte da outra metade dos eleitores vota no partido menos mau ou vota para evitar a conquista de poder por um partido que ameace os seus privilégios. Podemos até dizer que a democracia já nem sequer é representativa. As pessoas não se sentem representadas e sentem-se alheadas das tomadas de decisão que impactam as suas vidas. Isto acontece também em Guimarães. A minha perceção e a de muitos vimaranenses - e isto não é certamente exclusivo de Guimarães - é a de que o poder autárquico governa segundo uma orientação que não privilegia as reais necessidades e interesses da população. As ferramentas para auscultar a população existem, mas são ineficazes, pois não são levadas a sério pelo poder ou pela administração. Limitam-se a ser instrumentos que fazem com que Guimarães fique bem nos rankings nacionais, mas são uma

pura ilusão, porque não funcionam. São um saco roto. A democracia, para sobreviver, precisa de mudar e de voltar a cativar os cidadãos, envolvendo-os muito mais seriamente nos processos de tomada de decisão. As pessoas têm de sentir que são ouvidas e que a sua opinião conta. Veja-se o exemplo da via do AvePark, em que o poder há anos que não houve a opinião da população afetada. A governação não pode ser exclusiva de uma elite autossuficiente. Os cidadãos comuns são tão capazes de tomar boas decisões como os políticos, desde que bem informados. Por isso, desafio os membros desta Assembleia a esforçarem-se genuinamente por tornar Guimarães um município verdadeiramente exemplar no progresso da democracia. Desafio-vos a criar condições para que se implemente em Guimarães formas de democracia verdadeiramente participativa como, por exemplo, as Assembleias de Cidadãos. As Assembleias de Cidadãos são formadas por um grupo de pessoas selecionadas aleatoriamente de entre a população, não sendo eleitas nem escolhidas com base nas suas posições políticas, interesses ou habilitações. Essas pessoas reúnem-se para discutir e tomar decisões sobre questões importantes para a comunidade. Os membros da Assembleia de Cidadãos são informados sobre o assunto que está a ser discutido, por meio de apresentações e informações fornecidas por especialistas, representantes da comunidade ou dos governos locais. Na fase seguinte, os membros da assembleia trabalham em grupos menores para discutir a questão em profundidade, antes de apresentar as suas recomendações ou decisões finais. Essa forma de democracia participativa tem-se revelado uma excelente maneira de pontualmente envolver os cidadãos diretamente na tomada de decisões políticas. As Assembleias de Cidadãos têm sido usadas em muitos países e contextos diferentes para abordar uma variedade de questões, desde o orçamento participativo a políticas públicas, e até à tomada de decisões sobre grandes projetos de



infraestrutura. Essa forma de democracia participativa aumenta a confiança e a participação dos cidadãos no processo político, além de produzir decisões mais informadas e mais justas. A democracia necessita de se reinventar para sobreviver e estou convencido de que as Assembleias de Cidadãos serão um instrumento fundamental. Termina a minha intervenção, lançando uma questão ao grupo parlamentar do Partido Socialista e aos órgãos executivos do município, para a qual gostaria de ter uma resposta concreta: que medidas estão a ser tomadas, para além das que referi no início da minha intervenção, no sentido de aumentar a participação efetiva dos cidadãos nas tomadas de decisão e quando podemos esperar ver um salto qualitativo na participação democrática em Guimarães?” -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, em nome do Grupo Municipal do PS, agradeceu a intervenção que foi proferida pelo cidadão Hélder Pinto, dizendo que a bancada do Partido Socialista concorda que, de facto, a democracia precisa de cidadãos ativos e empenhados que participem nas diferentes discussões públicas, nos diferentes temas. Disse, contudo, não poder deixar passar em claro que lhe pareceu, pela forma como foi feita a intervenção, ter existido uma tentativa de esvaziar o que acontece em Guimarães nesta matéria. Deste modo, referindo que os vimaranenses têm inúmeras possibilidades de participar, lembrou a elaboração do Plano Municipal da Juventude, do Plano Estratégico Municipal da Cultura, do Plano de Desenvolvimento Social, do Orçamento Participativo, do Orçamento Participativo para as Crianças, do Plano Diretor Municipal, entre muitos outros, que contaram com a participação ativa de cidadãos e entidades. Referiu que a via de ligação ao Avepark foi um dos temas mais debatidos no Concelho, com inúmeras reuniões que foram ocorrendo e audições realizadas pelo Presidente da Câmara. Finalizou, dizendo que a Câmara

Municipal faz um trabalho continuado, aberto e participado porque acredita que vivemos numa cidade de todos e que todos, independentemente dos partidos políticos, têm muito amor pela nossa cidade.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Requerimento – Pedido de suspensão do mandato do membro César Manuel de Castro Machado, por um período de nove meses, nos termos do nº 1 e nº 2 do art.º 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

A Assembleia DELIBEROU APROVAR por unanimidade. -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2023. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Carlos Jorge Caneja Amorim, Tiago Vieira Laranjeiro, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Inês Alves Rodrigues, João Afonso Maia da Silva, João Manuel Gonçalves Miranda e António Augusto da Silva Mendes.-----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA



MUNICIPAL, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2023. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no treze de fevereiro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Maria José Teixeira Martins, Idílio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Carlos Jorge Caneja Amorim, Tiago Vieira Laranjeiro, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Inês Alves Rodrigues, João Afonso Maia da Silva, António Martins Gonçalves, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Manuel Fernando Alves Cardoso, Maria Manuela Magalhães Ferreira da Costa e Silva e António Augusto da Silva Mendes. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.--

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Alberto Manuel Gonçalves Mota, Francisco

da Costa e Silva, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Diana Catarina Oliveira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro, Tiago Vieira Laranjeiro, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Pedro Ribeiro Salazar, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, João Paulo Serra Salazar, João Afonso Maia da Silva, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, José Luís Oliveira Pereira, José Pereira da Silva, Maria Adelaide Andrade Silva, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Carlos Manuel Abrunhosa Borges, Raquel Susana Fernandes Oliveira e António Augusto da Silva Mendes. -----

RELATÓRIO E CONTAS-----

4 – RELATÓRIO E CONTAS 2022. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Relatório e Contas 2022”, aprovada pelo Órgão Executivo em reunião realizada no dia dezassete de abril de dois mil e vinte e três, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES – Apreciação.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas, o Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e o Relato sobre outros Requisitos Legais e Regimentais. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

João Afonso Maia da Silva, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nesta intervenção, sempre demasiado breve para expor uma visão detalhada, pormenorizada e



minuciosa de um relatório, com a dimensão apresentada, cinjo-me a transmitir a interpretação política em linhas gerais que fazemos do relatório e contas, adstrito ao ano de 2022. Primeiramente, não negamos o avanço em certos setores, através de políticas municipais que o Bloco de Esquerda ao longo dos anos tem defendido e vê em parte concretizadas. Merece um balanço positivo a redução dos passes mensais dos transportes urbanos, esperando que seja um primeiro passo decisivo para a gratuidade que defendemos há vários anos, inclusive no último programa eleitoral autárquico. Quanto às ligações com outros concelhos com interesse estratégico para o município, assistimos a uma transição errática, com a Ave Mobilidade a assumir a maior parte das ligações existentes, mas com a ligação a Braga pela A11 a ser assumida pela Cávado Mobilidade, promovendo um aumento significativo no preço do bilhete, numa travessia muitas vezes utilizada por estudantes da Universidade do Minho, que se veem hoje mais dependentes do transporte fornecido pela Associação Académica, isto enquanto alimentamos a eterna discussão da ligação ferroviária a Braga, hoje já adulterada com novos projetos menos ortodoxos mas de concretização dúbia, enquanto pessoas que vivem num dos concelhos e estudam e/ou trabalham no outro continuam à espera de uma nova solução viável. O debate da mobilidade continuará aceso enquanto o executivo arrastar as reais necessidades da população e continuar a insistir em priorizar a construção da via de acesso ao AvePark, mais um episódio de uma política de obras públicas mais voltada para o anacronismo fontista do que para uma visão de futuro, com investimento em mobilidade suave, integrada no respeito pelo ecossistema. É sarcástico que o município refira no Relatório que, passando a citar, a aposta na mobilidade se faça “perspetivando um futuro que não se vislumbra sem uma via de ligação

entre a cidade e o Avepark” para logo a seguir referir a importância de uma política de sustentabilidade ambiental e da nova candidatura a Capital Verde Europeia. Política ambiental, Senhor Presidente, também se faz nas freguesias, nas comunidades locais, junto populações do concelho que moram fora da área urbanizada, não apenas na cidade. O bem-estar dessas comunidades e o ecossistema dessa região em específico que será violentado pela construção da via de acesso ao AvePark merecem mais consideração no enquadramento de uma estratégia ambiental para o município. O Município afirma que, e socorrendo-me mais uma vez do Relatório, “o futuro também se perspectiva com a consolidação de Guimarães como Cidade Universitária, e como Cidade do Conhecimento”. Ora, além de já ter referido o aumento do custo do serviço de transporte entre Guimarães e Braga pela autoestrada, que prejudica o movimento pendular de centenas de estudantes, alertava, Senhor Presidente, que uma cidade só potencia plenamente o impacto positivo de ter em si instalada uma instituição de ensino superior se criar condições para fixar população jovem e universitária. Hoje, o município não apresenta soluções habitacionais, e este Relatório confirma-o, para acolher milhares de estudantes deslocados que escolhem Guimarães para estudar. Dentro destes estudantes, podemos distinguir dois grupos essenciais – os provenientes de regiões mais distantes do país ou mesmo estudantes internacionais, que não têm outra alternativa a não ser sujeitar-se às rendas proibitivas que se praticam no centro urbano, sob pena de não conseguirem prosseguir a sua formação, e os estudantes de concelhos mais próximos do nosso, geralmente dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, que constituem a maioria dos estudantes deslocados. Neste segundo grupo, torna-se cada vez menos apetecida a opção de deslocar a residência para o nosso município, preferindo-se cada vez mais realizar esse movimento pendular diariamente, em veículo próprio ou



servindo-se das opções existentes de transportes públicos, apenas para não trazer mais um encargo financeiro significativo para o seu agregado familiar. Não ganharia mais o nosso município, senhor Presidente, se investisse em residências municipais a custos controlados, promovendo a fixação de jovens no concelho e libertando esse peso do mercado de arrendamento. Não haverá uma maior probabilidade de essas e esses estudantes tentarem construir carreira e a sua vida pessoal e familiar em Guimarães se conseguirem residir cá durante o período dos estudos? Não poderá ser essa uma solução para combater a falta de capacidade de atração de jovens famílias por parte do nosso concelho? Que incentivos encontramos no Relatório que nos apresentam para que jovens como eu e tantos outros, em início de carreira, a estagiar, a explorar novas oportunidades de emprego, se fixem em Guimarães, num mercado de arrendamento cada vez mais saturado? Não seria a construção de um parque público municipal, com arrendamento a custos controlados, uma solução para mitigar esta gravíssima crise habitacional? Não será outra medida tida como utópica e irresponsável que a realidade vai ao longo dos anos desconstruindo e dando razão a quem a defende? O aumento do custo de vida é um dos marcos mais negativos do ano de 2022 e essa realidade está já presente neste Relatório. O aumento de 22% do valor de dívidas de clientes, contribuintes e utentes à Câmara, em cerca de dois milhões de euros, face a 2021, prova isso mesmo, devendo o município perceber como fazer face e apoiar as famílias com dificuldades económicas e sem capacidade de cumprir estes compromissos, numa situação excecional como a que vivemos. Exige-se mais à Câmara para apoiar as e os vimaranenses, através da sua ação social, mitigando a degradação do poder de compra e qualidade de vida e combatendo casos de pobreza, que se vão multiplicando por via desta crise. Para terminar e

sumariando o conjunto de impressões que aqui deixei, realça-se a manutenção de antigas iniciativas e práticas positivas, que devemos saudar e avanços em determinados setores, mas não podemos ignorar a manutenção de uma visão por vezes presa no passado que o município insiste em manter, ignorando problemas reais do imediato e do longo prazo. Devemos procurar construtivamente novas soluções para os problemas de Guimarães e das e dos vimaranenses, não nos limitando à gestão de sempre, rígida e imutável, sob pena de nos tornarmos obsoletos.” -----

José Pedro Ribeiro Salazar, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A 19 de dezembro, alertei nesta Assembleia para o caminho de enorme asfixia fiscal sobre as famílias e empresas que estava a ser seguido pelo executivo camarário. Caminho esse que foi mais do que confirmado pelo Relatório e Contas do Município. Neste está evidenciado uma coleta de impostos diretos superior ao Orçamentado. Vale a pena realçar: A Câmara Municipal recebeu mais impostos diretos do que aqueles que estavam orçados para 2022, recebeu a mais do que o que estava à espera. Dos 43 milhões e seiscentos mil euros que os órgãos noticiosos divulgaram, temos ainda a acrescer as receitas de impostos indiretos provenientes da retenção do IRS de todos nós. Mas desta vez não irei invocar o Sr. Martins, nem farei comparações com os concelhos vizinhos. Falemos apenas da nossa realidade. Segundo o Plano de Desenvolvimento Social recentemente apresentado, entre 2011 e 2021, na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, o nosso concelho perdeu mais de 2 mil e quinhentos jovens. Meus senhores, este deve ser um sinal de alerta para todos nós, estamos a perder o nosso futuro. E eu pergunto, com as receitas do IMT a subirem mais de 50% nos últimos 5 anos, não haverá margem para olhar seriamente para a proposta do PSD: que passa pela isenção deste imposto na compra da primeira



habitação de jovens no nosso concelho? Se queremos fixar jovens casais, não é aumentando ainda mais os encargos na compra de habitação, e muito menos é retendo 5% (valor máximo possível) do seu IRS. Quanto à derrama, mais uma vez insisto, porque continuamos a asfixiar os nossos empresários com a taxa máxima quer na taxa geral quer na taxa reduzida, quando a execução desta taxa foi 45% superior ao orçado. Como já foi referido aqui pelo senhor presidente noutras Assembleias, as indústrias tradicionais do nosso concelho, como o calçado e o vestuário sentem e sentirão num futuro próximo um abrandamento do seu volume de negócios. Então a minha pergunta é simples: É a assim que querem lidar com um período de contração económica? Sobrecarregando ainda mais os nossos empresários, que com tanto esforço continuam a criar valor e a gerar emprego no nosso concelho? Um último ponto que gostava de realçar é o aumento da receita da rúbrica taxas, multas e outras penalidades aplicadas pelo município. Com uma taxa de variação 145% de aumento da receita nos últimos 5 anos, estamos a falar de quase uma vez e meia a mais face a 2018. Gostávamos que ficasse claro junto dos vimaranenses que a bancada do Partido Social Democrata não se identifica minimamente com esta política de caça à multa seguida pelo executivo camarário, que impacta o quotidiano das pessoas e das empresas. Sei bem que o que nos separa são questões ideológicas, mas mais uma vez apelo à boa vontade do executivo e do Partido Socialista Vimaranense. Pois está na altura de pararem de se escodarem atrás de chavões como “dumping social progressivo”, ou em “aumento de custos de funcionamento” para justificarem uma coleta de impostos superior ao que estava orçamentado. Peço que haja abertura da vossa parte, para um consenso alargado na elaboração de uma política fiscal local que se coadune com os reais problemas, e que não tenham efeitos ainda mais nefastos nos

contribuintes. Assim findo a minha intervenção, o meu muito obrigado.”-----

José Pedro Ribeiro Salazar respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes e José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Sobre os ativos fixos tangíveis, lemos neste relatório, e bem descrito que em porcelanas e loiças, taquímetros, tabuleiros, gira discos entre os vários outros itens, bem descritos repito, temos um acumular de €0. De facto, são 40 itens descritos desta forma, com mais três a €0 descritos como “outros”. Mas o que são estes “outros”? São mais de 60 itens assim e gostaríamos de saber ao que correspondem.”-----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Municipal do PSD, na sequência do que foi dito por José Pedro Salazar na sua intervenção, salientou a importância de se verificar algo que ficou “a nu” e que o PSD tem vindo, sucessivamente, denunciando ao longo destas Assembleias, de que a Câmara Municipal de Guimarães é a “rainha” da cobradora de impostos e da aplicação de taxas aos munícipes, mesmo assumindo que as famílias estão a passar períodos difíceis, como consta do Plano Económico e Social apresentado. Acrescentou que este orçamento, num momento de particular dificuldade, não foi de encontro a essas necessidades e preferiu promover aquilo a que o PSD já qualificou, e volta a qualificar, como o verdadeiro saco fiscal. Deste modo, desafiou a Câmara Municipal a avançar com um alívio fiscal às famílias e empresas vimaranenses, uma vez que a elevada receita fiscal escancara e evidencia essa possibilidade. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Analisando o Relatório e Contas, surgem-nos os seguintes comentários. Um



ano marcado pela execução de várias atividades na prossecução de dois grandes objetivos: - sustentabilidade ambiental e sustentabilidade económica; - coesão territorial. Verifica-se a realização de várias ações, algumas de relevo, mas sobretudo, como pode ser constatado da leitura atenta do documento, ações denominadas de funcionamento. Se fizermos um cruzamento entre os objetivos preconizados e atrás descritos, com as ações realizadas e com os resultados obtidos, facilmente se perceberá que os objetivos ficaram longe de ser alcançados. A almejada coesão territorial é cada vez mais, uma coesão centralizada na cidade, onde a periferias a cada dia que passa fica mais isolada. A sustentabilidade ambiental está muito longe de ser uma realidade, bastando reciclar as inúmeras notícias públicas deste primeiro trimestre para chegar a essa conclusão. Sobra a sustentabilidade económica, essa sim, efetivamente alcançada. Contudo, e no que respeita às demonstrações financeiras, antes de as escalpelizar, cumpre-nos demonstrar a nossa preocupação com a certificação legal de contas apresentada pelo auditor externo relativamente à auditoria das demonstrações financeiras, uma vez que, a mesma vem com reservas. Reservas essas sustentadas no facto de a Câmara Municipal de Guimarães não ter “terminado a análise aos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes de todos os contratos de concessão de serviços”, não cumprindo dessa forma, a norma 4 da contabilidade pública. Mais refere o parecer do auditor que, este desconhecimento não permite aferir do impacto que esta conclusão poderá ter nas demonstrações financeiras. Em bom rigor quer isto por dizer que não é possível avaliar todo o perímetro de atuação em termos de desempenho financeiro, o que nos pode levar a tirar conclusões precipitadas dum relatório que pode enfermar de erros nas suas rubricas. Ainda sobre este relatório, preocupa-nos a forma

como o Auditor aceita as parcas justificações do Município para a não conformidade com a Norma de Contabilidade Pública Nº 27 do Sistema de Normalização Contabilístico para Administrações Públicas. Dando sequência a esta preocupação, vamos ficar a aguardar o que o Executivo por bem nos entenda transmitir sobre o assunto. Não obstante o atrás descrito e, relembrando que podemos estar a tecer comentários sobre premissas imprecisas, de forma a não prejudicar o debate político, vamos fazer a nossa análise a esta sustentabilidade económica do município. Começando por uma declaração de interesse inicial, repetindo que o CDS é fã e sempre a favor das contas certas. Contudo, verifica-se que em 2022 o executivo vimaranense arrecadou o maior valor de sempre em impostos, terminando o exercício com um resultado líquido de 2,64 M€. A execução da receita situa-se nos 98,61% enquanto a execução da despesa fica nos 79,64%. O presente relatório e contas refere várias vezes a dificuldade que o Município tem passado em função das consequências provocadas pelo COVID-19 e pelos impactos provocados pela Invasão da Ucrânia (página 96 do relatório). Mas esses efeitos são exatamente os mesmos, que as empresas e as famílias estão a sentir no seu dia-a-dia, talvez até maiores. Ora todos nós sabemos que a função duma Câmara Municipal não é a obtenção do lucro, mas sim, a responsabilidade de manter as contas equilibradas. E o que verificamos é que o município apresenta contas positivamente desequilibradas, onde poderia optar por outro tipo de gestão, designadamente, no apoio às famílias com a redução da cobrança de impostos. Ainda estaríamos a dar tolerância a esta execução orçamental, se constatássemos que a receita fiscal arrecadada se traduzisse em investimento e incentivos à captação de investimento empresarial, e/ou, à fixação de pessoas no concelho, através de políticas públicas de incentivo às famílias. Mas na verdade é que isso não acontece e, a receita orçamental obtida a custo dos bolsos dos vimaranenses



serve apenas e só, para os custos de funcionamento. Razões mais que suficientes para votarmos contra.” -----

José Manuel Torcato ribeiro, do Grupo Municipal do CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “São precisas as contas equilibradas para dar resposta às necessidades dos vimaranenses dizia-nos o senhor presidente, e é verdade, até na economia das nossas casas essa é uma boa premissa. Mas a questão que colocamos como é que o executivo de maioria PS consegue resolver os problemas de quem cá vive. Não é possível não voltarmos à questão da Habitação, em que no mandato anterior o senhor presidente prometia 66 casas. Quantas se construíram durante 4 anos? Hoje mesmo discutimos a 2ª alteração à Estratégia Local de Habitação, e mais uma vez votaremos a Abertura de Novo Procedimento para a aquisição de 172 frações a construir. Este é um problema real do país, é um problema real do concelho, mas é também um problema conhecido há muitos anos. Quantas pessoas ou famílias se encontram em lista de espera para terem uma casa? Diga-nos, apresente-nos esses números aqui neste órgão representativo do município. Porque a acrescentar a este número teremos as quase 800 famílias que vivem em condições indignas. E serão também estas as contas certas que o executivo de maioria PS se quer vangloriar? Atualmente, uma família com dois mil euros de rendimento agregado não tem condições para renda acima dos 700/800 euros mensais. É uma taxa de esforço muito acima das possibilidades económicas da maioria dos residentes. Não se espere que a iniciativa privada abdique de lucros construído habitação de rendas acessíveis. Não está nos seus genes, na sua lógica. É ao Estado, com o apoio das autarquias na identificação das necessidades, na organização do PDM, nas opções porque um parque habitacional mais robusto, que compete

resolver a questão habitacional dos segmentos economicamente mais frágeis da sociedade e não há sinais de construção nova desse tipo no concelho. Relativamente à mobilidade ou à falta dela – continua a ser um dos grandes problemas com que os vimaranenses se confrontam diariamente, quer seja na falta de resposta intra e intermunicipal, quer seja, na simples construção de passeios para que se opte pela pedonalização de forma segura. Sobretudo em frente às escolas em que as crianças, aquelas que são escolhidas para aprender tudo sobre sustentabilidade, descarbonização, resíduos, também possam aprender a usar os transportes públicos e a optar por andar a pé. O PS tende a desvalorizar. Sem esquecer o pouco ou nenhum esforço numa ligação ferroviária mais eficiente, principalmente, nas viagens de longo curso a ligação de Guimarães a Lisboa. O Alfa não nos foi devolvido e continuamos sem saber se o executivo de maioria PS reclama pelo menos mais um horário de Intercidades. Perante esta realidade política, a Câmara tem-se apagado, não sendo mais exigente e reivindicativa com o Poder Central, dando-nos a sensação de se estar a acomodar. Como a CDU sempre disse, a entrada em funcionamento de nova concessionária não resolveu o problema de fundo. Continua a não ser aceitável que as pessoas não possam usufruir dos equipamentos e iniciativas que lhe são oferecidas por falta de transportes públicos ou por horários desajustados. Continua a não ser aceitável a existência de freguesias mal servidas pelos serviços do Guimabus havendo freguesias mal servidas por um serviço que as devia servir, a todas, com igual qualidade e quantidade. Na perspetiva da CDU a concessão privada não resolve os problemas antes enunciados, só a municipalização poderá ser a solução, para que o objetivo não fique centrado no lucro. A cada novo orçamento é o “agora é que vai ser”, mas, os orçamentos passam e as promessas ficam. 2022 não é exceção, é regra. Não temos dúvidas, não podemos continuar com estas opções



políticas cansadas, sem rasgo, que nos encaminha para um futuro pouco sorridente. Estamos a perder população. Não modernizamos e nem diversificamos a nossa base económica. Não atraímos empresas que criem emprego mais qualificado e com melhor remuneração. A juventude migra e emigra. Somos um concelho cada ano mais envelhecido. Os espaços municipais precisam de manutenção, arrastam-se os problemas estruturais ou fruto do uso até ao limite e quando não se pode mais pagam-se milhões. Prevenir, recuperar, requalificar, não deixar degradar para que todos possam trabalhar ou usufruir dos espaços confortavelmente devia ser o objetivo, mas não essa a opção dos últimos anos e o tempo não se compadece com a falta de vontade política. Sabemos que não dá votos conservar as janelas da biblioteca, por fim à humidade nas salas do Vila Flor, dar condições de trabalho aos trabalhadores do município em espaços requalificados e energeticamente eficientes. Por isso, afirmamos que existem muitas necessidades sem resposta e existem aspirações adiadas em benefício de saldos positivos, a CDU não pode aprovar o relatório apresentado pela Câmara. Porque aprovar seria consentir na política que ilude as pessoas. Os lucros devem ser aplicados na concretização de políticas que respondam a problemas que são antigos e que continuam sem resposta.”-----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Chamados a discutir o Relatório e Contas do Município relativo ao ano de 2022, encontramos inúmeras obras, programas ou trabalhos de conservação que atravessam todo o concelho em todas as suas dimensões físicas ou institucionais. Poderia aqui passar largos e largos minutos a discorrer sobre quanto custou esta obra, a imperativa necessidade daquela, ou ainda da

importância vital daqueloutra. Passariam largos minutos, eu soerguia aqui a obra do Presidente Domingos Bragança e da sua equipa de vereação, e ficava feita prova, porque a obra está à vista, do trabalho feito pelo executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal de Guimarães. Mas caras e caros deputados vou por um caminho diferente. Muito se tem debatido nesta câmara a cobrança de impostos pelo município, sem que, muitas das vezes, se discuta para que servem e o que faz o município com esses impostos. Venho caras e caros deputados fazer este debate de forma aberta e honesta, e faço-o porque nós no Partido Socialista estamos completamente confortáveis com aquilo que são as nossas opções político-ideológicas, e porque sabemos de onde vimos, onde estamos e para onde queremos ir. Sabemos, por exemplo, que prometemos aos vimaranenses trabalhar incessantemente na coesão territorial e no desenvolvimento sustentável do Concelho, feito, e citando este relatório “através de um modelo inovador de resposta aos principais desafios da sociedade, que aposta no incremento da participação pública e na conceção, desenho e proposta de soluções que visam a transformação do território”. Podia, mais uma vez, aqui discorrer sobre os inúmeros programas que sustentam a ação do Município, sobre as redes onde o município se insere e até lidera ou sobre as várias distinções que o Município recebeu, mas não o vou fazer. Vou apenas sublinhar que refletem na perfeição a visão que o Partido Socialista tem para o futuro de Guimarães, que os vimaranenses sufragaram e veem agora cumprida. Mas, como nem só de coesão territorial e desenvolvimento sustentável vive o Concelho, muito mais foi feito noutros eixos que nós, socialistas, assumimos como fundamentais para o desenvolvimento de Guimarães, nomeadamente na educação, cultura, desporto, ciência e conhecimento, eixo fundamental para semear e fomentar um amanhã melhor para os vimaranenses, para a criação de seres



plenos, envolvidos com a comunidade, mas ligados ao mundo em todas as suas plenitudes. Aqui poderia centrar-me na requalificação do Edifício Jordão e garagem avenida para Escola de Música e Artes Performativas e Visuais, mas muito mais foi feito, das mais pequenas obras realizadas nas dezenas de escolas do concelho para melhorar as condições de ensino dos nossos filhos aos apoios a dezenas de instituições culturais e desportivas, dos programas educacionais ao dispor de todos os alunos do concelho até à candidatura da Zona de Couros a Património Cultural da Humanidade, as lições iluminadas, o pergunta ao tempo, o EducaBicla, o intercâmbio escolar do eixo atlântico... Ficam a faltar tantos outros... Ficaria aqui toda a noite, caras e caros deputados. Tanto foi feito para capacitar os nossos cidadãos, dos mais novos aos mais velhos, numa sociedade onde todas e todos têm lugar, e onde todas e todos contribuem cada vez mais para um concelho melhor e mais evoluído. Também na área social, fundamental na matriz do Partido Socialista, a obra é vasta. Mais uma vez não a vou percorrer, até porque isso implicaria percorrer todo o concelho e mergulhar na imensidão de programas sociais apoiados pelo Município em inúmeras freguesias, do “Raízes” em Moreira de Cónegos ao “Mais Vida” em Nespereira, do “Juntar S. Torcato” na Vila de S. Torcato ao “Candoso Activo” em S. Martinho de Candoso, entre tantos outros. Da mesma forma, não me vou cingir à atribuição de apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade, mas tenho de os sublinhar, porque são não só fundamentais para a melhoria das condições de vida das nossas populações, como são fulcrais em alguns casos para a garantia da dignidade e humanização dos nossos cidadãos. De todos, caras e caros deputados, porque com o Partido Socialista, ninguém fica para trás. Tanto mais havia a dizer, caras e caros deputados, mas o tempo é curto e a obra é vasta. Não queria, no entanto, fechar esta minha intervenção sem

vos dizer que é para isto, caras e caros deputados, que numa sociedade justa, quem mais ganha, contribui para permitir que todos, em conjunto, caminhemos para uma sociedade cada vez melhor, onde todos somos dignos e inteiros, empoderados em conhecimento, mas cada vez mais humanos, com o mundo no horizonte, mas sempre com Guimarães e os vimaranenses como motivação maior.” -----

Pedro Manuel da Silva Mendes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Rui Armindo da Costa Freitas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente aos valores constantes do Relatório e Contas, referiu que, na rubrica dos impostos, contribuições e taxas, em 2021 a Câmara Municipal arrecadou 42 milhões de euros e em 2022 arrecadou 43.264 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 3%. No entanto, no que toca à rubrica das despesas com pessoal, decorrentes das obrigações legais, em 2021 precisou de 28.652,6 milhões de euros e em 2022 de 31.184,4 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 8,57%. Acrescentou que a Câmara Municipal, para compensar este déficit, recorreu às transferências e subsídios correntes obtidos, nomeadamente das comparticipações europeias, de que, em 2021, recebeu 40.970 milhões de euros e em 2022 recebeu 48.128 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 17%. Em suma, explicou que os custos com o pessoal, e, similarmente, os apoios sociais derivados da pandemia e da inflação, absorveram, em 2022, o aumento proveniente das rubricas da taxas, comparticipações e impostos e das comparticipações e subsídio correntes ocorridos. Destacou a diminuição da dívida existente que passou de 24.525 milhões de euros, em 2021, para 19.545 milhões de euros, em 2022. Prosseguindo, e tendo por base os números constantes dos Sensos realizados em 2011 e 2021, demonstrou que a população acima dos 65 anos aumentou em Guimarães, como aconteceu em Famalicão, Barcelos e Braga.



No que toca à faixa etária de 0 a 14 anos, entre 2001 e 2021 Guimarães reduziu 20%, tendo Famalicão e Barcelos reduzido mais do que Guimarães e Braga reduziu em menor percentagem que estes Concelhos. Deste modo, concluiu considerar que, da análise dos dados reais do Concelho e da sua economia, Guimarães não é aquilo que muitas vezes a oposição pretende passar.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, José Pedro Ribeiro Salazar, Paulo Miguel Lima Peixoto, César Nuno da Costa Teixeira e Pedro Manuel da Silva Mendes.-----

Após estas intervenções, **André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez um ponto de ordem à Mesa, informando que, devido à ausência de resposta nesta sessão, fará chegar um conjunto de questões para que sejam respondidas pela Câmara Municipal.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** o ponto 4, por maioria, com **58 votos a favor** (23 eleitos do PS e 35 Presidentes da Junta de Freguesia do PS), **1 abstenção** (1 eleito da IL) e **34 votos contra** (13 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE).-----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com 1 abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião – Grupo Municipal do PSD).-----

Pelas **zero horas e vinte e cinco minutos**, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que

terá continuidade do dia 28 de abril, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --